

INSTITUTO FEDERAL
São Paulo

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA PROVIMENTO
DE CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DO
QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE SÃO PAULO – IFSP EDITAL Nº 160/2019

Cargo: **AUDITOR**

PROVA OBJETIVA

ORIENTAÇÕES

- A Prova Objetiva possui 50 (cinquenta) questões, que deverão ser respondidas no período máximo de quatro horas.
- O tempo de duração das provas abrange a assinatura da Folha de Respostas e a transcrição das respostas do Caderno de Questões da Prova Objetiva para a Folha de Respostas.
- O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas.
- O candidato somente poderá deixar o local da prova com o caderno de questões, decorrido o período mínimo de duas horas após o início da prova.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que os três tenham terminado a prova. Eles poderão sair da sala, concomitantemente, após a assinatura do relatório de aplicação de provas.
- Depois de identificado e instalado, o candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal, ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.
- Será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando: a) Aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *iPod**, gravadores, *pendrive*, mp3 ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, *Walkman**, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e similares; b) Relógio de qualquer espécie, óculos escuros e protetor auricular. O último poderá ser utilizado desde que solicitado como Atendimento Especial;
- e c) Quaisquer acessórios de chapalaria, tais como: chapéu, boné, gorro e similares. Quanto ao uso de adornos de cabeça religiosos, poderão ser utilizados desde que solicitados antecipadamente como Atendimento Especial. A organização deste Concurso Público não se responsabilizará pela guarda de equipamentos trazidos pelos candidatos.
- Durante o período de realização das provas, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou quaisquer outros meios.
- O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou danificar a Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- Findo o horário limite para a realização das provas, o candidato deverá entregar a Folha de Respostas da prova, devidamente preenchida e assinada, ao Fiscal de Sala.
- Ao transferir as respostas para a Folha de Respostas, use apenas caneta esferográfica de material transparente com tinta PRETA. Preencha toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão (conforme exemplo a seguir). Assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

01 A B C D
 ○ ○ ○ ●

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

1 A coesão e a coerência têm como principal função organizar o texto para que ele tenha sentido. Nesse aspecto, um dos tipos de coesão, a referencial, contribui quanto à construção da fluidez na leitura porque utiliza mecanismos de substituição e de reiteração com vistas a evitar repetições, que tornam o texto com leitura truncada e sem a coerência necessária. Observadas tais informações, leia os textos a seguir e assinale a alternativa que contempla uma relação coesiva referencial por substituição.

Texto I



Fonte: Brasescola. Disponível em: <<https://exercicios.brasilecola.uol.com.br>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

Texto II



Fonte: Portal do Professor. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?pagina=espaco%Fvisualizar_aula&aula=15269&secao=espaco&request_locale=es>. Acesso em: 11 jul. 2019.

Texto III



Fonte: Apatossauros. Disponível em: <<http://apatossauros.files.wordpress.com/2007/10/calvinharodotira354.gif>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

Texto IV



- (A) Texto I.
- (B) Texto II.
- (C) Texto III.
- (D) Texto IV.

Fonte: Blog William de Lima. Disponível em: <[https://williandelima.wordpress.com/2013/05/18/tirinhas -d0-calvin/](https://williandelima.wordpress.com/2013/05/18/tirinhas-d0-calvin/)>. Acesso em: 11 jul. 2019.

2 A colocação de pronomes oblíquos átonos prevê algumas regras para o uso da próclise. Em um dos textos a seguir há um exemplo de descumprimento da regra prevista pela gramática normativa. Assinale a alternativa que apresenta tal exemplo.



Fonte: BpBlog. Disponível em: <http://1.bp.blogspot.com/_JD9Ym-isYDc/TKCrzS3xEI/AAAAAAAAABzc/JVjpyAyUFc/s1600/titinha1.gif>. Acesso em: 11 jul. 2019.



Fonte: BlogTcheAuri. Disponível em: <<http://www.blogtche-auri.blogspot.com/2012/09/tirinhas-dohagar-o-terrível>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

(C)



Fonte: Clube da Mafalda. Disponível em: <<http://clubedamafalda.blogspot.com/>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

(D)



Fonte: Clube da Mafalda. Disponível em: <<http://clubedamafalda.blogspot.com/>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

3 Os vícios de linguagem são usos condenados pela gramática normativa. Nessa perspectiva, são apontados como erros cometidos pelo usuário da língua. Nos contextos (fictícios) a seguir, assinale a alternativa que apresenta um exemplo de vício de linguagem:

- (A) A casa que alugamos para temporada é mais grande que arejada.
- (B) Dissemos para ele ver com os próprios olhos a situação.
- (C) Estivemos na aula ontem, ouvimos o professor, fomos embora.
- (D) O pé de meia que fizemos para nossas viagens valerá por muitos anos.

4 Em redação oficial, quem comunica é sempre o serviço público, o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica, e o destinatário dessa comunicação é o público, uma instituição privada ou outro órgão de entidade pública, do Poder Executivo ou dos outros

Poderes. Além disso, deve-se considerar a intenção do emissor e a finalidade do documento, para que o texto esteja adequado à situação comunicativa. São atributos da redação oficial:

- I - nível de linguagem, conforme finalidade.
- II - norma padrão para todos os atos normativos.
- III - objetividade e impessoalidade.
- IV - concisão, clareza e precisão da comunicação.
- V - subjetividade prevista na Constituição.
- VI - padronização para todos os órgãos da administração.

Assinale a sequência correta:

- (A) I, IV e V.
- (B) I, III e VI.
- (C) II, V e VI.
- (D) II, III e IV.

5 Segundo linguistas, o significado de um texto não é o resultado de mera soma de suas partes constitutivas, mas sim, da construção de sentidos. Sob esse aspecto, tem-se que cada parte é definida pela relação que mantém com as demais constituintes do todo. A partir disso, é possível afirmar que o questionamento de Mafalda, no último quadrinho, revela que:



Fonte: Clube da Mafalda. Disponível em: <<http://clubedamafalda.blogspot.com/>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

- (A) Miguelito adere ao grupo de pessoas que ficam sentadas nos bancos de praças e outros locais públicos.
- (B) Miguelito decide esperar a vida lhe dar algo, porque o mundo é caótico.
- (C) Miguelito pensa ser possível realizar conquistas sem esforços, tal qual grande parte da população mundial.
- (D) Miguelito assume postura passiva mediante a vida, assim como o mundo age em relação à realidade.

6 A regência verbal, conforme gramáticas normativas de Língua Portuguesa, trata da relação entre verbo e preposição exigida ou não para seu complemento. Com base nessa informação conceitual, leia os exemplos fictícios abaixo e assinale a alternativa correta quanto ao sentido do verbo “assistir”:

I – O servidor assistiu à palestra sobre o programa de capacitação do Instituto Federal de São Paulo.

II – O servidor comunicou à Gestão de Pessoas que assiste em um município a 40km da sede da Reitoria do Instituto Federal de São Paulo.

III – O servidor colaborou na elaboração de uma planilha sobre dados da Diretoria Adjunta de Administração de Pessoal, assistindo sua chefia imediata.

IV – O servidor participou de um debate em que sustentou que assiste aos servidores administrativos o direito ao incentivo à qualificação.

- (A) No exemplo I, presenciar.
- (B) No exemplo II, trabalhar.
- (C) No exemplo III, informar.
- (D) No exemplo IV, cumprir.

7 As palavras da Língua Portuguesa podem assumir diferentes sentidos. Às vezes, o significado é literal; outras vezes, a apreensão do sentido depende do contexto de uso. Por isso, a palavra pode ter sentido denotativo ou conotativo. Com base nessas informações, assinale a alternativa que traz um exemplo de denotação:

(A)

SEUS PROPAGANDAS DE GIBI
PROPAGANDAS DE GIBI

O batom que não sai da sua boca.



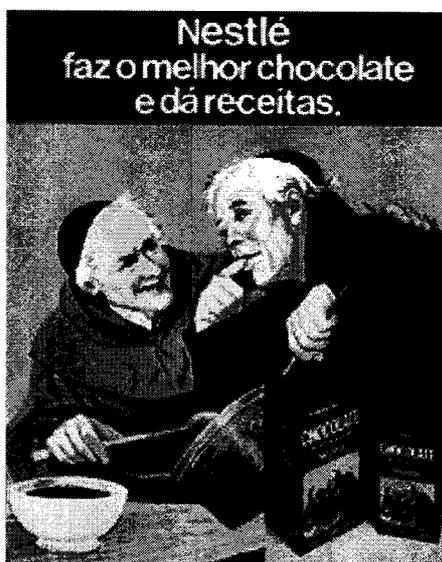
Fonte: Propagandas de Gibi. Disponível em: <<https://propagandasdegibi.wordpress.com/tag/garoto/>>.
Acesso em: 15 jul. 2019

(B)



Fonte: Bombom Serenata de Amor.
Disponível em: <br.pinterest.com/pin/401102522914175498/?Ip=true>.
Acesso em: 15 jul. 2019.

(C)



Fonte: ProPg229. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/564287028293319249/?Ip=true>>.
Acesso em: 15 jul. 2019.

(D)



Fonte: Presentei a pessoa que você ama.
Disponível em: <portalagoranoticias.com.br/>.
Acesso em: 15 jul. 2019.

8 Língua oral e língua escrita, segundo teóricos da linguagem, apresentam distintas características em seu uso. Com base nessa informação, assinale a alternativa que apresenta um exemplo de utilização para o registro oral:

- (A) A maior parte dos servidores são favoráveis aos pleitos indicativos de cargos na gestão.
- (B) A gente, como servidor público, reivindica um plano de carreira condizente com cada cargo.
- (C) O setor de cadastro e pagamento, naquela instituição, é mais grande que o de admissão.
- (D) O programa de Tecnologia da Informação é fundamental para o desenvolvimento da gestão.

9 **Concordância verbal** ocorre quando o verbo se flexiona em número (singular ou plural) e em pessoa (1ª, 2ª ou 3ª pessoas), concordando com o sujeito gramatical. Baseado nessas informações, considere as seguintes opções:

- I - Os cachorros **pareciam entenderem** a dona.
 - II - **Havia mesas e cadeiras** suficientes para todos.
 - III - **Deu onze horas** no relógio da torre.
 - IV - **Fazem cinco anos** que eu o conheci.
- De acordo com a gramática normativa:
- (A) I e III estão corretas.
 - (B) III e IV estão incorretas.
 - (C) I e IV estão corretas.
 - (D) I e II estão incorretas.

10 Leia as proposições a seguir:

- I. Paciência é necessário.
- II. É proibido a entrada.
- III. Água é bom.
- IV. Recebeu bastante telefonemas.

Segundo a gramática normativa, estão corretas as seguintes proposições:

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I e II.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11 Um determinado concurso público foi aberto para provimento dos cargos de Técnico em Química e de Técnico em Administração. Sabe-se que 450 candidatos se inscreveram para o cargo de Técnico em Química e que 720 candidatos se inscreveram para o cargo de Técnico em Administração. Sabe-se, também, que não compareceram à prova 12% dos candidatos ao cargo de Técnico em Química e 20% do total de candidatos, considerando-se os dois cargos. O percentual de candidatos que fizeram a prova para o cargo de Técnico em Administração em relação ao número total de inscritos para este cargo foi:

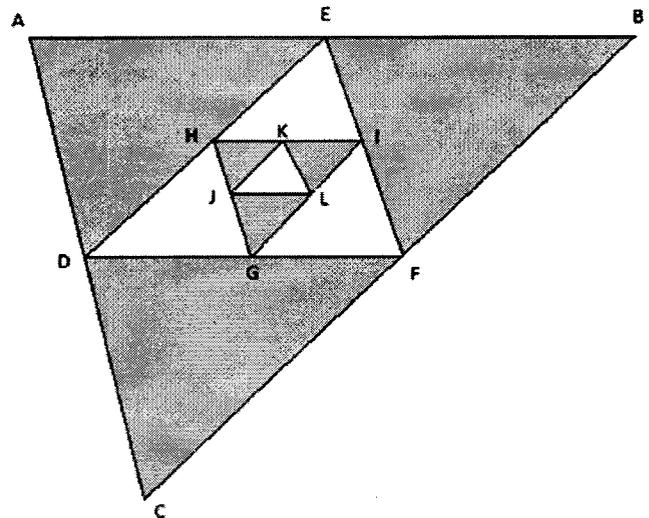
- (A) 25%.
- (B) 72%.
- (C) 75%.
- (D) 92%.

12 Em um concurso público, a relação de inscritos está em uma proporção de 12 homens para cada 11 mulheres. No dia da prova desse concurso, alguns dos homens inscritos não compareceram e nenhuma mulher inscrita faltou, o que fez com que a proporção entre as pessoas que fizeram a prova fosse de 9 homens para cada 10 mulheres. Sabe-se que 294 homens não compareceram à prova.

O total de pessoas inscritas nesse concurso foi:

- (A) 2646.
- (B) 2940.
- (C) 3220.
- (D) 3528.

13 Sérgio deseja comprar um tipo de piso que possui partes claras e partes escuras, conforme o desenho a seguir, para colocar em sua casa.



Sabe-se que

- D, E e F são pontos médios de \overline{AC} , \overline{AB} e \overline{BC} , respectivamente.
- G, H e I são pontos médios de \overline{DF} , \overline{DE} e \overline{EF} , respectivamente.
- J, K e L são pontos médios de \overline{GH} , \overline{HI} e \overline{GI} , respectivamente.

Supondo que a área do triângulo JKL é igual a 2 cm^2 , a área da região escura é:

- (A) 96 cm^2 .
- (B) 98 cm^2 .
- (C) 100 cm^2 .
- (D) 102 cm^2 .

14 Fábio, Henrique, Túlio e André resolveram uma prova com apenas três questões. Cada questão continha uma afirmação, a qual eles deveriam analisar e responder se era verdadeira (V) ou falsa (F). O quadro abaixo ilustra as respostas deles.

	Questão 1	Questão 2	Questão 3
Fábio	V	F	V
Henrique	F	F	V
Túlio	V	V	F
André	F	F	F

Cada um deles recebeu 5 pontos para cada questão respondida corretamente e zero ponto para cada

questão respondida de maneira incorreta. A nota da prova de cada um é igual à soma dos pontos recebidos em cada questão. Sabe-se que:

- Cada questão tem apenas uma resposta correta.
- Nenhum deles obteve nota zero nesta prova.
- A nota obtida por Henrique foi superior à de Túlio.
- Fábio e André obtiveram a mesma nota.

Nessas condições, pode-se concluir que:

- (A) A soma das notas de Henrique e André é 25.
- (B) A soma das notas de Fábio e Henrique é 15.
- (C) A nota de Fábio é 10 pontos superior à nota Túlio.
- (D) A nota de André é 5 pontos superior à nota de Henrique.

INFORMÁTICA

15 O Microsoft Excel 2013 traz um conjunto de funções que executam cálculos diversos com a utilização de argumentos, que são fornecidos em uma ordem determinada, chamada de sintaxe.

Quais das funções abaixo, no Microsoft Excel 2013, são consideradas funções de "Texto"?

- (A) DATA e DIA.
- (B) CORRESP e PROCV.
- (C) ENDEREÇO e CLASSIFICAR.
- (D) CONCATENAR e MINÚSCULA.

16 Códigos Maliciosos são programas que podem causar potenciais danos a um computador ou sistema informatizado. Entre esses danos, pode-se destacar: a possibilidade de um invasor retornar a um computador já infectado; e a possibilidade de um programa executar funções distintas das quais foi planejado, sem conhecimento prévio do usuário. Quais são, respectivamente, os códigos maliciosos que tem o potencial de executar as funções descritas acima?

- (A) Vírus e *Worms*.
- (B) *Spyware* e *Backdoor*.
- (C) *Backdoor* e Cavalo de Troia (*Trojan Horse*).
- (D) Cavalo de Troia (*Trojan Horse*) e *Rootkit*.

17 Em uma reunião hipotética foi necessário conectar um notebook com o Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão, a um projetor externo para que todos os participantes pudessem visualizar um documento que estava sendo tratado.

Porém, após a conexão, a tela do Microsoft Windows 10 não foi exibida na tela externa.

Considerando que os cabos e conectores estejam íntegros e corretamente conectados, qual das alternativas a seguir fornece uma possível solução para o problema?

- (A) Abrir o "Painel de Controle", selecionar a opção "Monitores" e marcar a opção "Replicar em todos os Monitores disponíveis", depois clicar em "Aplicar".
- (B) Pressionar simultaneamente a tecla do logotipo do Windows e a tecla P (Windows + P) e selecionar uma das opções de como a área de trabalho será exibida.
- (C) Pressionar simultaneamente as teclas Control, Shift e W (Ctrl+Shift+W), selecionar a opção "Monitores" e selecionar uma das opções de como a área de trabalho será exibida.
- (D) Clicar com o botão secundário do mouse sobre a área de trabalho, selecionar a opção "Personalizar", selecionar a opção "Múltiplas Telas", e clicar em "Exibir no monitor secundário".

18 As unidades de rede são unidades ou pastas em computadores remotos acessíveis através da rede. É possível acessar via Windows Explorer (Explorador de Arquivos do Windows) indicando duas barras invertidas '\\' no início do endereço, exemplo: \\caminho\pasta.

Para que o usuário não precise digitar o endereço da unidade de rede o Windows fornece uma forma de fixar o caminho na conta de usuário, para que esteja sempre visível, mesmo após reiniciar o sistema.

Considerando que você está utilizando um computador com Windows 10, qual procedimento/caminho deve ser feito para fixar uma unidade de rede?

- (A) Painel de Controle > Mapear unidade de rede.
- (B) Computador > Gerenciar > Unidades de rede.
- (C) Painel de Controle > Rede e Internet > Unidades de rede.
- (D) Computador > Mapear unidade de rede.

LEGISLAÇÃO

19 O Capítulo V, da Lei n. 8.112/90, dispõe sobre as penalidades aplicáveis aos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Considere as assertivas abaixo:

I - Na aplicação das penalidades será considerada a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

II-A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração, sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

III -Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se as afirmativas I, II e III estiverem corretas.

20 Observe o texto abaixo extraído da página institucional da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

“Pessoas com deficiência são, antes de mais nada, PESSOAS. Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana”.

Fonte: Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Disponível em <<https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em 5 jun.2019.

No conteúdo programático de Legislação para cargos de Ensino Superior (Edital n. 160/2019), a única alternativa que não traz previsão de direitos da pessoa com deficiência é:

- (A) Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (Lei nº 11.091/2005).
- (B) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- (C) Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).
- (D) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

21 Considerando os artigos 1º e 3º da Constituição

da República Federativa do Brasil de 1988, são fundamentos e objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, respectivamente:

- (A) a prevalência dos direitos humanos e integração política latino-americana; buscar a solução pacífica dos conflitos internos e externos e repúdio ao terrorismo e racismo.
- (B) a inviolabilidade de correspondência e liberdade de escolha religiosa; erradicar todas as formas de desigualdade e garantir a formação para o trabalho digno e remunerado e consciência de classe
- (C) a dignidade da pessoa humana e pluralismo político; garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (D) a construção de uma sociedade baseada na livre iniciativa e na soberania dos povos; cooperar para o progresso da social democracia e lutar pela educação e consciência de classe.

22 “Ministrar em nível de educação superior cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional”.

De acordo com a Lei n. 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a norma prevista refere-se:

- (A) à estrutura dos Centros Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
- (B) ao objetivo dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
- (C) à característica dos Centros Federais de Educação Tecnológica.
- (D) à finalidade dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

23 A Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), traz em seu rol direitos que visam a proteger a criança e ao adolescente, garantindo-lhes um desenvolvimento de uma vida digna e com acesso aos seus direitos fundamentais. Dentre os direitos elencados no ECA, temos uma considerável proteção ao trabalho juvenil. Segundo o Capítulo V - Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, é assegurado ao adolescente aprendiz, maior de 14 anos:

- (A) os direitos trabalhistas e previdenciários.

- (B) os direitos trabalhistas em casos específicos.
- (C) os direitos previdenciários, em casos específicos.
- (D) os direitos trabalhistas; os previdenciários em casos específicos.

24 A Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 35, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conceitua ensino médio como a “etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos”.

Sobre educação profissional técnica de nível médio, prevista no diploma legal acima referido, é correto afirmar:

- (A) A educação profissional técnica de nível médio poderá ser desenvolvida de forma articulada com o ensino médio.
- (B) A educação profissional técnica de nível médio deverá observar as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino, além das exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.
- (C) A educação profissional técnica de nível médio observará os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais e internacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.
- (D) A educação profissional técnica de nível médio poderá ser desenvolvida de forma subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

25 Servidor público, segundo a Lei n. 8.112/1990, é a “pessoa legalmente investida em cargo público”.

Com base na Lei n. 8.112/90 é proibido ao servidor:

- (A) cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestadamente ilegais.
- (B) opor resistência justificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- (C) aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;
- (D) ausentar-se do serviço durante o expediente, com prévia autorização do chefe imediato.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26 Segundo a definição do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of The Treadway Commission ou Comitê das Organizações Patrocinadoras) o gerenciamento de riscos

corporativos busca controlar um equilíbrio entre os resultados e ganhos que a empresa é capaz de obter ao minimizar as perdas que se originaram de riscos envolvidos. O gerenciamento de riscos corporativos é constituído de oito componentes inter-relacionados que integram o processo de gestão.

Baseado no texto acima, assinale a alternativa que contém 04 (quatro) componentes do gerenciamento de riscos corporativos:

- (A) Estratégia, operações, ambiente interno e comunicação.
- (B) Ambiente interno, fixação de objetivos, identificação de eventos e avaliação de riscos.
- (C) Estratégia, operações, comunicação e conformidade.
- (D) Resposta a risco, comunicação, fixação de objetivos e conformidade.

27 As entidades e os órgãos e entidades da Administração Pública Federal devem atuar de forma regular e alinhada ao interesse público. A responsabilidade da alta administração das organizações públicas reside, juntamente com os gestores, no estabelecimento, na manutenção, no monitoramento e no aperfeiçoamento dos controles internos da gestão. A estrutura de controles internos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal deve contemplar as três linhas de defesa da gestão ou camadas.

Considerando as informações acima, avalie as assertivas:

I – Primeira linha de defesa: apoiar o desenvolvimento dos controles internos da gestão e realizar atividades de supervisão e de monitoramento das atividades desenvolvidas.

II – Segunda linha de defesa: é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos.

III – Terceira linha de defesa: presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade, apoiando assim a gestão.

De acordo com estas asserções, assinale a opção correta:

- (A) Asserção I.
- (B) Asserção II.
- (C) Asserção III.
- (D) Asserções I e II.

28 Numere a segunda coluna de acordo com a primeira e marque a opção correta:

- | | |
|-----------------------------|---|
| (1) Programa de Auditoria | () Análises realizadas que contém as evidências. |
| (2) Escopo | () Comunicação formal dos resultados do trabalho. |
| (3) Papeis de trabalho | () Contém os procedimentos a serem executados. |
| (4) Testes de auditoria | () Objetivo que se pretende alcançar na auditoria. |
| (5) Relatório | () São definidos no programa de trabalho. |

- (A) 3, 5, 4, 2, 1.
(B) 5, 1, 3, 4, 2.
(C) 5, 2, 4, 1, 3.
(D) 3, 5, 1, 2, 4.

29 Sobre o RAINT – Relatório Anual de Auditoria Interna é correto afirmar que ele contém:

- (A) Descrição do planejamento.
(B) Quadro demonstrativo do qualitativo de trabalhos de auditoria interna.
(C) Quadro demonstrativo do qualitativo de trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINT.
(D) Descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente na realização das auditorias.

30 Um dos objetivos do controle interno é a preocupação com a preservação dos recursos e sua eficiente aplicação na realização dos objetivos traçados pela administração. O papel do controle interno pode ser definido como um meio eficaz e eficiente, quando utilizado de forma correta, para obtenção de resultados positivos na gestão pública.

ENTRETANTO

É indispensável que os objetivos sejam claros para que o funcionamento dos controles seja eficiente.

Considerando as informações acima, avalie as assertivas quanto aos objetivos dos controles internos da gestão:

I – Disseminação de informações necessárias ao fortalecimento da cultura e da valorização dos controles internos da gestão.

II – Mapeamento das vulnerabilidades que impactam os objetivos, de forma que sejam adequadamente identificados os riscos a serem geridos.

III – Salvar e proteger bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.

IV – Assegurar a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas,

políticas, programas, planos e procedimentos de governo e da própria organização.

De acordo com estas assertões, assinale a opção que contém somente os objetivos do controle interno:

- (A) Asserções I, II, III e IV.
(B) Asserções III e IV.
(C) Asserções I, II e IV.
(D) Asserções I e IV.

31 Para o desenvolvimento a contento das fases e atividades do processo de auditoria é necessário que o objetivo e o escopo da auditoria tenham sido definidos preliminarmente, para que a equipe possa, na fase do planejamento operacional, conhecê-los, delimitá-los e desenvolvê-los apropriadamente.

Baseado nisto, analise as assertivas:

I. O escopo deve ser entendido como a questão fundamental de auditoria a ser respondida, embora deva ser expresso de forma declarativa, e não de questionamento.

II. O objetivo é a delimitação estabelecida para o trabalho e é expresso pelo objetivo, pelas questões e pelos procedimentos de auditoria, no seu conjunto.

III. As questões de auditoria representam o detalhamento do objetivo, circunscrevendo a abrangência da auditoria e estabelecendo os limites do trabalho.

Após análise, marque a alternativa que contém a opção correta:

- (A) I e II.
(B) I e III.
(C) III.
(D) II.

32 Segundo a definição do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of The Treadway Commission ou Comitê das Organizações Patrocinadoras), a fixação de objetivos é uma pré-condição à identificação de evento, à avaliação de riscos e às respostas aos riscos. Em primeiro lugar, é necessário que os objetivos existam para que a administração possa identificar e avaliar os riscos quanto a sua realização, bem como adotar as medidas necessárias para administrá-los.

Dentro desta perspectiva, analise as assertivas abaixo:

I. Os objetivos operacionais referem-se à eficácia e à eficiência das operações da organização.

II. Um objetivo em uma categoria não poderá sobrepor-se ou, ainda, auxiliar um objetivo em outra categoria.

III. Os objetivos de conformidade relacionam-se com os relatórios preparados para divulgação externa, como demonstrações financeiras.

IV. Os objetivos de conformidade devem conduzir as suas atividades, bem como, adotar, frequentemente, medidas específicas, de acordo com as leis e os regulamentos pertinentes.

V. Os objetivos de comunicação referem-se ao oferecimento de suporte ao processo decisório da administração e ao acompanhamento das atividades e do desempenho da organização.

Após análise, marque a alternativa que contém a opção correta:

(A) I, IV e V.

(B) II, III e V.

(C) I, II e III.

(D) I, II, III, IV e V.

33 As recomendações emitidas nos trabalhos de auditoria devem ser acompanhadas de forma dinâmica e independente do instrumento de comunicação que as originou. É necessário levar em conta a intensidade do processo, uma vez que deve ser definida com base nos riscos envolvidos, na complexidade do objeto da recomendação e no grau de maturidade da Unidade Auditada. Esta etapa do processo de auditoria refere-se a:

(A) Relatório de auditoria.

(B) Matriz de achados.

(C) Monitoramento.

(D) Programa de trabalho.

34 Considerando os tipos de serviço de avaliação citados pelo Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, julgue os itens seguintes e assinale a alternativa correta.

I - Avaliação Financeira ou de Demonstrações Contábeis busca a obtenção e a avaliação de evidências a respeito das demonstrações contábeis de um órgão ou de uma entidade para emitir opinião indicando se sua apresentação está adequada e de acordo com os princípios contábeis.

II - Avaliação de Conformidade ou Compliance obtém e avalia evidências a respeito da eficiência e da eficácia das atividades operacionais de um objeto de auditoria, podendo ser este, por exemplo, um órgão ou uma entidade, um departamento, uma política pública, um processo ou uma atividade.

III - Avaliação Operacional ou de Desempenho visa à obtenção e à avaliação de evidências para verificar se certas atividades financeiras ou operacionais de um objeto de auditoria selecionado obedecem às condições, às regras e aos regulamentos a ele aplicáveis.

(A) Apenas o item I está correto.

(B) Apenas o item II está correto.

(C) Apenas os itens I e III estão corretos.

(D) Apenas os itens II e III estão corretos.

35 Considerando o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna do Poder Executivo Federal, assinale a opção que contempla os componentes principais de um achado de auditoria.

(A) Critério, condição, causa e manifestação da unidade auditada.

(B) Critério, condição, causa e efeito.

(C) Critério, papéis de trabalho, causa e efeito.

(D) Testes substantivos, papéis de trabalho, causa e condição.

36 Preceitua a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01/2016 que os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal deverão adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos, e à governança. Assim sendo, avalie os itens abaixo e

aponte a alternativa mais apropriada:

I – Governança é o conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações organizados pela alta administração no intuito de enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável na consecução da missão da Instituição.

II – Controles Internos da Gestão compreendem os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

III – Gerenciamento de Riscos é o processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização.

(A) I e II estão corretas.

(B) I e III estão corretas.

(C) Apenas a II está correta.

(D) Apenas a III está correta.

37 *“A compreensão da natureza do risco, a arte e a ciência da escolha, está no cerne da economia moderna. Cada escolha que fazemos quando buscamos atingir um objetivo tem seus riscos. Das decisões operacionais do dia a dia aos trade-offs fundamentais na reunião do conselho, lidar com o risco nessas escolhas faz parte do processo decisório. Quando avaliamos as escolhas possíveis, raramente as decisões são binárias, implicando uma resposta certa ou errada. É por esse motivo que podemos chamar o gerenciamento de riscos corporativos de arte e ciência. Quando avaliamos os riscos durante o processo de definição da estratégia e dos objetivos de negócios de uma organização, o gerenciamento de riscos corporativos ajuda na otimização dos resultados”* (Sumário executivo do COSO-ERM/2017).

A Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01/2016, no seu artigo 15 relata que os objetivos da gestão de riscos são:

I – Assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis do órgão ou entidade, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a organização, inclusive para determinar questões relativas à delegação, se for o caso;

II – Aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da organização, reduzindo os riscos a níveis

aceitáveis; e

III – Agregar valor à organização por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização.

Tomando por base as informações transcritas acima, aponte a alternativa que melhor se adequa à atual concepção de gerenciamento de riscos na Administração Pública Federal.

(A) A gestão de riscos é um processo relevante e que, embora formalmente prevista na IN conjunta nº 01/2016, é de adesão facultativa aos órgãos da Administração Pública Federal, se limitando o normativo a traçar as metas gerais e mostrar os objetivos e vantagens à adoção da gestão de riscos.

(B) A gestão de riscos é um processo relevante cuja formatação encontra-se tabulada no Framework do COSO ERM/2017 e, embora tratada na IN conjunta nº 01/2016, onde se vislumbra a descrição dos seus princípios e objetivos, o normativo sugere a adoção da presente prática como forma de otimização dos processos de governança pública.

(C) A gestão de riscos é prática adotada há algum tempo na iniciativa privada e, por meio da IN conjunta 01/2016, é introduzida na Administração Pública Federal, de forma obrigatória, tendo sido inclusive estabelecida data limite para a apresentação da política de gestão de risco de cada um dos órgãos integrantes da Administração Pública Federal contendo os princípios, objetivos, competências e as principais diretrizes do processo de gerenciamento de riscos.

(D) A gestão de riscos é prática adotada há algum tempo na iniciativa privada e, por meio da IN conjunta 01/2016, é introduzida na Administração Pública, de forma obrigatória, tendo sido inclusive estabelecida data limite para a apresentação da política de gestão de risco de cada um dos órgãos integrantes da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e Distrital contendo os princípios, objetivos, competências e as principais diretrizes do processo de gerenciamento de riscos.

38 *“A auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação (assurance) e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia uma organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática*

e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança” (Fonte: Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA Brasil. Disponível em: <<https://iiabrasil.org.br/korbilload/upl/ippf/downloads/declarao-de-pos-ippf-00000001-21052018101317.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2019).

No intuito de aprimorar seus controles internos, assim como sua estrutura de governança, o gestor de uma Instituição de Ensino resolve instituir sua unidade de Auditoria Interna. O setor foi criado subordinado à chefia de gabinete sendo designado o único contador da Instituição, que também é responsável pela conformidade contábil, para o cargo de Auditor Chefe, tendo em vista ser ele de inteira confiança do gestor. À luz dos princípios fundamentais para a prática da atividade de Auditoria Interna Governamental e às normas nacionais que regem a matéria, aponte a alternativa correta.

(A) A Instituição da Auditoria Interna e a consequente designação do Contador como Auditor Chefe pelo gestor afrontam os princípios da autonomia técnica e da objetividade, contudo a subordinação à chefia de gabinete corrobora o preceituado no Decreto 3.591/2000, já que não existe o conselho de administração na Instituição

(B) A Instituição da Auditoria Interna harmoniza-se com as exigências legais acerca da sua existência na Instituição e, tendo em vista sua característica de assessoramento e apoio à gestão, sua subordinação à chefia de gabinete atende aos requisitos do Decreto 3.591/2000, já que não existe o conselho de administração na Instituição.

(C) A Instituição da Auditoria Interna e a consequente designação do Contador como Auditor Chefe pelo gestor corrobora o princípio da objetividade ao passo que propicia uma atuação de forma imparcial e isenta, evitando situações de conflito de interesses ou quaisquer outras que afetem sua objetividade, de fato ou na aparência, ou comprometam seu julgamento profissional.

(D) A designação do Contador como Auditor Chefe pelo gestor afronta os princípios da autonomia técnica e da objetividade, além de que a subordinação à chefia de gabinete afronta o preceituado no Decreto 3.591/2000, já que não existe o conselho de administração na Instituição.

39 Avalie os itens abaixo tendo em vista os procedimentos de nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular de unidade de Auditoria Interna ou Auditor Interno previsto pela Portaria nº 2.737/2017 e aponte a alternativa correta:

I – Para a nomeação é exigida a comprovação de carga horária de, no mínimo, quarenta horas em atualização técnica nas áreas de auditoria interna ou auditoria governamental, nos últimos três anos que antecedem à indicação, sendo essa suficiente à comprovação de experiência em atividade de auditoria, preferencialmente governamental;

II – É nula a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do cargo ou função de titular de auditoria interna sem a prévia aprovação da CGU;

III – A permanência no cargo de titular da unidade de auditoria interna deve ser limitada a três anos consecutivos, podendo ser prorrogada, uma única vez, por igual período.

(A) São verdadeiras apenas as assertivas I e III.

(B) As assertivas II e III são verdadeiras.

(C) As assertivas I e II são falsas.

(D) As assertivas I e III são falsas.

40 “Fase vital de qualquer trabalho, o planejamento tem como finalidade estabelecer um arranjo ordenado, isto é, organizar as partes ou passos necessários à consecução de determinado objetivo. Na auditoria, o planejamento cumpre papéis, que contribuem diretamente para a efetividade e a qualidade dos trabalhos” (Fonte: Manual de Orientações Técnicas da CGU – IN nº 08/2017).

Dentro de uma concepção evolutiva das rotinas e Auditoria Interna, corroborando o preceituado no texto transcrito acima, o planejamento das ações vem sendo enfatizado em diversos normativos e manuais. Dentro desse contexto, avalie as alternativas abaixo apontando aquela que melhor corrobora a concepção de planejamento externada nos normativos que regem as Auditorias Internas.

(A) O planejamento das ações de auditoria deve considerar o planejamento estratégico da unidade auditada, seus objetivos e metas, assim como as expectativas da alta administração e demais partes interessadas. Deve considerar, também, os riscos significativos a que a unidade auditada esteja exposta

e os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da unidade auditada.

(B) O planejamento das ações de auditoria deve considerar o planejamento estratégico da unidade auditada, desconsiderando as expectativas da alta administração e demais partes interessadas, tendo em vista a autonomia e objetividade que se espera da Auditoria Interna. Deve considerar, também, os riscos significativos a que a unidade auditada esteja exposta e os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da unidade auditada.

(C) O planejamento das ações de auditoria deve ser elaborado de forma autônoma e independente do planejamento estratégico da unidade auditada, assim como das expectativas da alta administração e demais partes interessadas. Deve evidenciar ações cuja materialidade se caracterize pelo alto valor monetário envolvido considerando, sempre que possível, os riscos significativos a que a unidade auditada esteja exposta e os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da unidade auditada.

(D) O planejamento das ações de auditoria deve considerar as expectativas da alta administração e demais partes interessadas, tendo em vista o papel de assessoramento da Auditoria Interna, independentemente do planejamento estratégico da unidade auditada. Deve considerar, também, os riscos financeiros a que a unidade auditada esteja exposta e os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da unidade auditada.

41 O Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT é o documento formal no qual a Unidade de Auditoria Interna Governamental – UAIG externa suas ações e prioridades para o exercício. Tendo em vista o processo de elaboração e conteúdo do PAINT, avalie as assertivas abaixo. Marque a alternativa correta.

I – Deve conter no PAINT, além dos trabalhos selecionados com base na avaliação de riscos, a relação dos trabalhos a serem realizados pela UAIG em função de obrigação normativa, por solicitação da alta administração ou por outros motivos que não a avaliação de riscos, devendo-se, nos dois últimos casos, ser apresentada justificativa razoável

para a sua seleção.

II – A CGU, as Ciset e as unidades setoriais do SCI devem se manifestar sobre as propostas de PAINT recebidas e recomendar, quando necessário, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar de seu recebimento, a inclusão ou a exclusão de trabalhos específicos. A ausência de manifestação formal no prazo mencionado prejudica a adoção, por parte da Auditoria Interna e das unidades setoriais do SCI, das providências necessárias à aprovação interna do PAINT.

III – O PAINT da UAIG deve ser aprovado pelo conselho de administração ou órgão equivalente ou, na ausência deste, pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade. O PAINT deve ser encaminhado à CGU, às Ciset ou às unidades setoriais do SCI, conforme o caso, até o último dia útil do mês de fevereiro do ano da execução para exercício da supervisão técnica.

IV – A CGU, as Ciset e as unidades setoriais do SCI devem considerar o planejamento das Auditorias Internas e das unidades setoriais do SCI, conforme o caso, como insumo para elaboração do seu PAINT.

(A) Estão em consonância com os procedimentos de elaboração e com o objeto do PAINT as assertivas I, II e IV.

(B) Estão em consonância com os procedimentos de elaboração e com o objeto do PAINT as assertivas II, III e IV.

(C) Estão em consonância com os procedimentos de elaboração e com o objeto do PAINT as assertivas I, III e IV.

(D) Estão em consonância com os procedimentos de elaboração e com o objeto do PAINT as assertivas I, II, III e IV.

42 A Controladoria Geral da União em auditoria realizada na Auditoria Interna de um Instituto Federal constatou que naquele exercício a unidade auditada havia cumprido 80% do seu PAINT. Ao checar as rotinas internas do setor, verificou-se que para cada ação prevista no PAINT era realizado um programa de auditoria contendo a pormenorização das ações a serem realizadas. Esse programa era então encaminhado a um servidor lotado no setor, por meio de ordem de serviço, que seria o responsável pela ação. Em seguida era emitido uma comunicação para a área a ser auditada informando sobre o início dos trabalhos e apresentando à equipe responsável pelas ações naquela área. Em seguida as ações eram realizadas pela equipe responsável e, ao final, era elaborado um relatório preliminar

de auditoria interna. Esse relatório era submetido à revisão da chefia que o convertia em relatório definitivo. O Relatório de Auditoria Interna então era encaminhado à área auditada e disponibilizado na página da Auditoria Interna no sítio eletrônico da Instituição. À luz do exposto e tendo em vista o acompanhamento da execução do plano de auditoria interna, aponte a alternativa correta.

(A) As rotinas internas apresentadas estão em consonância com as normas de acompanhamento e execução, ao passo que a publicação na página da Auditoria Interna supre a necessária comunicação ao conselho de administração ou órgão equivalente ou, na ausência deste, ao dirigente máximo do órgão ou da entidade, ao passo que tornam públicos os apontamentos e recomendações emanadas pela equipe de auditoria.

(B) As rotinas internas apresentadas divergem do preceituado nas normas de acompanhamento e execução do plano de auditoria, ao passo que a publicação na página da Auditoria Interna não supre a comunicação periódica necessária sobre o desempenho da atividade de auditoria interna ao conselho de administração ou órgão equivalente ou, na ausência deste, ao dirigente máximo do órgão ou da entidade, pois tal comunicação deve contemplar, no mínimo, informações sobre a comparação entre os trabalhos realizados e o Plano aprovado; as recomendações não atendidas que representem riscos aos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada; e a exposição a riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada.

(C) As rotinas internas apresentadas corrobora o preceituado nas normas de acompanhamento e execução do plano de auditoria ao passo que a publicação na página da Auditoria Interna supre a comunicação periódica necessária sobre o desempenho da atividade de auditoria interna, devendo, contudo, a UAIG encaminhar à CGU, semestralmente, comunicação contemplando, no mínimo, informações sobre a comparação entre os trabalhos realizados e o Plano aprovado; as recomendações não atendidas que representem riscos aos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada; e a exposição a riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada.

(D) As rotinas internas apresentadas divergem do preceituado nas normas de acompanhamento e execução do plano de auditoria ao passo que a publicação na página da Auditoria Interna não supre a comunicação periódica necessária sobre o desempenho da atividade de auditoria interna à Controladoria Geral da União, sendo que tal comunicação deve contemplar, no mínimo, informações sobre a comparação entre os trabalhos realizados e o Plano aprovado; as recomendações não atendidas que representem riscos aos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada; e a exposição a riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada.

43 Nos termos do art. 16 da IN nº 09/2018, “as informações sobre a execução do PAINTE e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria devem ser apresentados no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT)”. Posto isso, aponte a alternativa que diverge do preceituado na referida norma acerca do conteúdo mínimo do RAINTE.

(A) Análise consolidada acerca do nível de maturação dos processos de governança, de gerenciamento de risco e de controles internos do órgão ou da entidade, com base nos trabalhos realizados.

(B) Quadro demonstrativo dos benefícios financeiros e não financeiros decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna ao longo do exercício por classe de benefício.

(C) Quadro demonstrativo do gerenciamento de riscos utilizados para a elaboração do PAINTE contendo análise pormenorizada acerca da probabilidade e impacto de cada um dos riscos considerados.

(D) Quadro demonstrativo do quantitativo de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as finalizadas pela assunção de riscos pela gestão, as vincendas, e as não implementadas com prazo expirado na data de elaboração do RAINTE.

44 Todas as ações de auditoria, seus apontamentos e recomendações devem ser documentadas em papéis de trabalho de tal sorte a externar as análises realizadas e as evidências produzidas ou coletadas pelos auditores internos governamentais em

decorrência dos exames. Assim, a elaboração dos papéis de trabalho é uma das ações mais importantes na consecução das atribuições do auditor interno governamental. Dessa forma, dentre as alternativas abaixo, aponte aquela que divirja do preceituado nos normativos referentes à matéria, assim como dos princípios que regulamentam a atuação da Auditoria Interna.

(A) As evidências devem estar organizadas e referenciadas apropriadamente e constituir informações suficientes, confiáveis, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a suportar as conclusões expressas na comunicação dos resultados dos trabalhos.

(B) Os papéis de trabalho devem ser organizados de forma a permitir a identificação dos responsáveis por sua elaboração e revisão.

(C) A revisão periódica dos papéis de trabalho deve ser realizada por comissão constituída pela gestão da Instituição, tendo em vista a vinculação hierárquica da Unidade de Auditoria Interna.

(D) A revisão dos papéis de trabalho deve ser realizada com a finalidade de assegurar que o trabalho foi desenvolvido com consistência técnica, que seguiu o planejamento estipulado e que as conclusões e os resultados da auditoria estão adequadamente documentados.

45 O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) divulga o resultado de avaliação da gestão das transferências voluntárias realizadas pela União. A auditoria analisou a eficiência, a eficácia e a consistência do processo e do sistema informatizado Siconv utilizado para o acompanhamento dos recursos repassados aos estados, municípios e Distrito Federal a partir da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos similares, que têm por finalidade a realização de obras, serviços ou bens de interesse público.

O tema foi selecionado por critério de materialidade (volume de recursos envolvidos), visto que o processo de Transferências Voluntárias movimentou, desde 2008, cerca de R\$ 90 bilhões, por meio de quase 150 mil instrumentos celebrados entre a União e os demais entes da Federação. Também foi considerado o critério de criticidade (fragilidade na aplicação dos recursos), uma vez que, devido à grande quantidade de agentes envolvidos e multiplicidade de objetos a que se destinam, as transferências constituem desafio no tocante à lisura desejada.

Fonte: Controladoria Geral da União. Disponível em: <<https://www.cgu.gov.br/noticias/2018/07/auditoria-avalia-gestao-do-processo-de-transferencias-voluntarias-da-uniao>>. Acesso em: 03 jun. 2019 (adaptado).

De acordo com o Art. 25 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000: “Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde”. Diante do exposto, **NÃO** é exigência para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, a

(A) comprovação, por parte do beneficiário, de que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos.

(B) comprovação, por parte do beneficiário, de observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal.

(C) comprovação, por parte do beneficiário, de cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

(D) comprovação, por parte do beneficiário, de utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

46 Não se pode perder de vista que o objetivo maior do serviço público é o bem comum. Mais do que a legalidade, a justiça e a correção, o grande elemento norteador da Administração Pública, em todos os níveis, é a honestidade. Ela constitui, pois, a grande virtude do agente público em todos os níveis e do agente político. Para organizar os princípios éticos, o Poder Executivo Federal editou o Decreto 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Público. Esse dispositivo vale para trabalhadores federais, e os estados e municípios escreveram seus próprios códigos baseados nessa lei maior. Assim, ela pode ser utilizada para compreender a atuação dos servidores dos variados níveis.

Fonte: Corrupção, ética e serviço público. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/2046/corruptao-etica-e-servico-publico>>. Acesso em: 03 jun. 2019 (adaptado).

De acordo com o Decreto 1.171, de 22 de junho de 1994 que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal é

correto afirmar que:

- (A) A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público no restrito e exclusivo exercício do cargo ou função.
- (B) Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.
- (C) O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta diligente.
- (D) A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se confunde com a vida particular do servidor havendo distinção entre vida privada e funcional.

47 A Administração Pública, direta e indireta, não possui autonomia para celebrar contratos como adquirir, vender, ceder, locar ou contratar obras ou serviços, pois esta não trabalha com recursos próprios ou disponíveis, mas sim com recursos públicos. Desta forma, a Administração deverá prestar contas e observar uma série de princípios e procedimentos previstos em lei.

Para que não haja distinções e preferências por quem está responsável pelas compras públicas, o tratamento diferenciado é proibido para que possa haver livre competição entre os fornecedores e não seja realizado por acaso algum desejo maluco de um ente público com o novo Coliseu de Roma no meio da cidade de Alto Santo, no sertão do Ceará por exemplo.

Fonte: O que é licitação? Disponível em: <<https://triumfolegis.jusbrasil.com.br/artigos/400609269/o-que-e-licitacao>>. Acesso em: 03 jun. 2019 (adaptado).

A licitação é um processo administrativo que visa assegurar igualdade de condições a todos que queiram realizar um contrato com o Poder Público e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Relacione as modalidades de licitação conforme o Art. 22 da referida lei e assinale a opção que representa a sequência correta:

1-Concorrência

2-Tomada de preços

3-Convite

4-Concurso

5-Leilão

- () é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- () é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- () é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- () é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
- () é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

(A) 3, 2, 4, 5, 1.

(B) 2, 3, 5, 1, 4.

(C) 3, 4, 5, 2, 1.

(D) 2, 4, 3, 1, 5.

48 A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 165, que o modelo orçamentário brasileiro é composto de três instrumentos – o Plano Plurianual (PPA), a lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a lei Orçamentária Anual (LOA). Diante disso, assinale a alternativa que corresponde à correta associação entre o instrumento e sua função.

- (A) A LDO estabelece qual será o orçamento e quais serão as receitas e despesas de exercício, recebendo emendas de parlamentares.
- (B) O PPA tem vigência de quatro anos e tem como função estabelecer quais projetos serão prioritários no período.
- (C) A LOA tem como função principal determinar os gastos com pessoal, a política tributária e com investimentos das estatais a serem realizados em um período.
- (D) O PPA tem como função determinar quais projetos terão execução financeira em um determinado exercício financeiro.

49 A Lei Federal n. 10.520/2002 estabelece diretrizes para a modalidade de licitação por meio de pregão. Sobre isso, analise as assertivas a seguir.

- I. O prazo para a apresentação de propostas não pode ser inferior a oito dias úteis, contados a partir da publicação do aviso de licitação em diário oficial ou jornal de grande circulação.
- II. É vedada à administração a cobrança de taxas e emolumentos de participantes, incluindo a venda do edital de licitação.
- III. Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.

Indique quais estão corretas.

- (A) Está correta apenas a assertiva I.
- (B) Todas estão corretas.
- (C) Estão corretas as assertivas I e II.
- (D) Estão corretas as assertivas I e III.

50 As transferências voluntárias da União constituem um sistema de cooperação entre os entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas, além das entidades sem fins lucrativos, para execução de ações de interesse recíproco financiadas com recursos do orçamento federal. Uma maneira de operacionalizar as transferências voluntárias é por meio de convênios ou contratos de repasse celebrados. Sobre isso, analise as assertivas a seguir.

I. Desde 2015, 1,2% da receita corrente líquida do orçamento da União é destinada a emendas de parlamentares, as quais são operacionalizadas, em grande parte, por meio de convênios, contratos de repasse e termos de parceria.

II. Os convênios têm prazo de 45 dias para sua prestação de contas, após o qual o conveniente será registrado como inadimplente no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV.

III. É proibido efetuar pagamento, a qualquer título, a agente público da ativa, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos, ressalvado pela prestação de serviços técnicos profissionais especializados por tempo determinado, quando os contratados se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas, desde que: esteja previsto em legislação específica; ou se refira à realização de pesquisas e estudos de excelência: com recursos repassados às organizações sociais, nos termos dos respectivos contratos de gestão; ou realizados por professores universitários na situação prevista na alínea “b” do inciso XVI do art. 37 da Constituição (acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico).

Indique quais alternativas estão corretas.

- (A) Está correta apenas a assertiva I.
- (B) Todas estão corretas.
- (C) Estão corretas as assertivas I e II.
- (D) Estão corretas as assertivas I e III.

Concurso Público IFSP - Edital 160/2019
Folha de Rascunho

Gabarito rascunho

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	

RASCUNHO

